Demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Topázio Energética S.A. e sua controlada

31 de dezembro de 2019 e 2018 com Relatório do Auditor Independente

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2019 e 2018

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas	
Demonstrações financeiras auditadas	
Balanços patrimoniais	4
Demonstrações dos resultados	6
Demonstrações dos resultados abrangentes	
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	
Demonstrações dos fluxos de caixa	
Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas	



Centro Empresarial PB 370 Praia de Botafogo, 370 6° ao 10° andar - Botafogo 22250-040 - Rio de Janeiro - RJ - Brasil

Tel: +55 21 3263-7000

ev.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Acionistas e Administradores da Topázio Energética S.A. Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Topázio Energética S.A. ("Sociedade"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual e consolidada da Topázio Energética S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Sociedade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.



Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Sociedade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.



- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 02 de abril de 2020.

ERNST & YOUNG Auditores Independentes S.S. CRC-2SP015199/O-6

Daniel de Araujo Peixoto Contador CRC-1BA025348/O-9

Balanços patrimoniais 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

		Controladora		Consolidado	
	Notas	2019	2018	2019	2018
Ativo					_
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	3	68	185	945	1.206
Contas a receber	4	-	-	14.511	23.332
Estoques		-	-	703	398
Dividendos a receber	19	18.724	12.770	-	-
Impostos a recuperar		27	211	30	613
Despesas antecipadas		-	-	148	106
Outros		-	-	112	229
Total do ativo circulante		18.819	13.166	16.449	25.884
Não circulante					
Investimento	5	160.952	181.689	-	-
Imobilizado	6	-	-	185.292	196.869
Total do ativo não circulante	_	160.952	181.689	185.292	196.869
Total do ativo		179.771	194.855	201.741	222.753

		Controladora		Consoli	dado
	Notas	2019	2018	2019	2018
Passivo					
Circulante					
Contas a pagar	7	-	28	785	8.706
Empréstimos e financiamentos	8	-	1.713	-	1.530
Impostos e contribuições a recolher	10	1	1	1.290	846
Salários e encargos sociais		-	-	153	164
Dividendos a pagar	19	13.740	9.455	13.740	9.455
Provisões para risco hidrológico	12	-	-	19.743	18.394
Total do passivo circulante	_	13.741	11.197	35.711	39.095
Não circulante					
Obrigação com aquisição de investimento	11	5.230	5.063	5.230	5.063
Total do passivo não circulante	_	5.230	5.063	5.230	5.063
Patrimônio líquido					
Capital social	13	133.901	146.401	133.901	146.401
Reservas de lucros	13	26.899	32.194	26.899	32.194
Total do patrimônio líquido		160.800	178.595	160.800	178.595
Total do passivo e do patrimônio líquido	_	179.771	194.855	201.741	222.753

Demonstrações dos resultados Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

		Controladora		Consolidado	
	Notas	2019	2018	2019	2018
Receita operacional líquida	14	_	_	65.200	65.025
Custo de geração de energia	15	-	-	(23.913)	(20.872)
Lucro bruto	_	-	-	41.287	44.153
Receitas (despesas) operacionais					
Gerais e administrativas	15	(9.814)	(9.882)	(188)	(183)
Resultado com equivalência patrimonial	5	48.046	51.081	` -	-
Outras receitas (despesas) operacionais	16	-	-	882	(6)
	_	38.232	41.199	694	(189)
Lucro operacional antes do resultado					
financeiro e dos impostos	_	38.232	41.199	41.981	43.964
Resultado financeiro					
Receitas financeiras	17	89	3	178	179
Despesas financeiras	17	(330)	(1.393)	(1.696)	(2.204)
	_	(241)	(1.390)	(1.518)	(2.025)
Lucro antes do imposto de renda					
e da contribuição social	_	37.991	39.809	40.463	41.939
Imposto de renda e contribuição social					
Corrente	18	-	-	(2.472)	(2.130)
		-	-	(2.472)	(2.130)
Lucro líquido do exercício	<u> </u>	37.991	39.809	37.991	39.809
					

Demonstrações dos resultados abrangentes Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Lucro líquido do exercício	37.991	39.809	37.991	39.809
Outros resultados abrangentes Outros resultados abrangentes líquidos	-	-	-	-
Total de resultados abrangentes do exercício	37.991	39.809	37.991	39.809

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

			Reservas de	lucros			
	Notas	Capital social	Reserva legal	Retenção de lucros	Lucros acumulados	Custos de captação de recursos	Total patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2017		175.085	1.839	26.210	-	(684)	202.450
Redução de capital mediante compensação do custo de captação de recursos	13.a	(684)	-	-	-	684	-
Redução de capital ocorrida no exercício	13.a	(28.000)	-	-	-	-	(28.000)
Declaração de dividendos ocorridas no exercício	13.d	-	-	(26.209)	-	-	(26.209)
Lucro líquido do exercício Constituição de reserva legal Dividendos mínimos obrigatórios Reserva de dividendos complementares	13.b 13.d 13.b	- - - -	1.990 - -	- - - 28.364	39.809 (1.990) (9.455) (28.364)	- - - -	39.809 - (9.455) -
Saldos em 31 de dezembro de 2018	_	146.401	3.829	28.365	-	-	178.595
Redução de capital ocorrida no exercício	13.a	(12.500)	-	-	-	-	(12.500)
Declaração de dividendos ocorridas no exercício	13.d	-	-	(28.365)	-	-	(28.365)
Declaração de dividendos intermediários	13.d	-	-	-	(14.921)	-	(14.921)
Lucro líquido do exercício Constituição de reserva legal Reserva de dividendos complementares	13.b 13.b	- -	1.900 -	- - 21.170	37.991 (1.900) (21.170)		37.991 - -
Saldos em 31 de dezembro de 2019	_	133.901	5.729	21.170	-	-	160.800

Demonstrações dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora		Consolidado		
	Notas	2019	2018	2019	2018
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Lucro líquido do exercício		37.991	39.809	37.991	39.809
Ajustes de itens sem desembolso de caixa para conciliação					
do lucro líquido com o fluxo de caixa					
Depreciação e amortização de ágio alocado	5 e 6	9.720	9.720	12.245	14.147
Encargos financeiros, líquidos	8	159	851	34	542
Baixa de ativo imobilizado	6	-	-	71	24
Resultado de equivalência patrimonial	5	(48.046)	(51.081)	-	- (50)
Provisão para contingência	9	-	-	-	(50)
(Aumento) redução nos ativos operacionais					
Contas a receber		-	-	8.821	20.827
Estoques		-	-	(305)	(6)
Impostos a recuperar		184	(2)	583	(359)
Despesas antecipadas		-	-	(42)	225
Outros		-	-	117	(226)
Aumento (redução) nos passivos operacionais					
Contas a pagar		(28)	(12)	(7.921)	8.002
Obrigação com aquisição de investimento		167	542	167	542
Salários e encargos sociais		-	-	(11)	(3)
Impostos e contribuições a recolher		-	-	444	(21)
Provisão para risco hidrológico		•	- (4)	1.349	2.019
Outras contas a pagar Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	_	147	(1) (174)	53.543	(3) 85.469
Caixa liquido gerado pelas (aplicado has) atividades operacionais	_	147	(174)	55.545	03.409
Fluxo de caixa das atividades de investimento					
Dividendos recebidos	_	53.109	51.734	-	-
Aquisição de bens para o ativo imobilizado	6 _		<u>-</u>	(739)	(280)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investiment	o <u> </u>	53.109	51.734	(739)	(280)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento					
Ingresso de empréstimos e financiamentos	8	-	33.700	-	-
Pagamento de empréstimos e financiamentos - principal	8	(1.836)	(69.140)	(1.528)	(21.600)
Pagamento de empréstimos e financiamentos - juros	8	(36)	(594)	(36)	(594)
Redução de capital em empresa investida	5	-	46.800	-	-
Redução de capital		(12.500)	(28.000)	(12.500)	(28.000)
Dividendos pagos	_	(39.001)	(34.390)	(39.001)	(34.390)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	_	(53.373)	(51.624)	(53.065)	(84.584)
Aumento (redução) líquido (a) do saldo de caixa e					
equivalente de caixa	=	(117)	(64)	(261)	605
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício		185	249	1.206	601
Caixa e equivalente de caixa no fim do exercício		68	185	945	1.206
Variação líquida do saldo de caixa e equivalente de caixa	<u> </u>	(117)	(64)	(261)	605
Información con la contraction de la contraction del contraction de la contraction d	_				
Informações complementares		-		4 000	4.450
Valores pages de CS:		5 2	-	1.229 689	1.459 809
Valores pagos de CS:		2	-	009	009

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Topázio Energética S.A. ("Sociedade" ou "Topázio") é uma sociedade anônima de capital fechado que tem por objeto: a participação em outras sociedades como sócia, quotista ou acionista, em especial em sociedades que possuem como objeto atividades relacionadas a exploração, produção, geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica e de créditos de carbono gerados em razão dessas atividades.

Em 25 de abril de 2011, foi celebrado contrato de compra e venda de ações pelo qual a Brookfield Energia Renovável S.A alienou e transferiu todas as ações que detinha do capital social da Sociedade (representativas de 100% de participação) para a BP Brazil US Rio Sacre LLC.

Em 06 de dezembro de 2011, foi celebrado novo contrato de compra e venda de ações pelo qual a BP Brazil US Rio Sacre LLC alienou todas as ações que detinha do capital social da Sociedade (representativas de 100% de participação) para o Brookfield Americas Infrastructure (Brazil Power) Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia. A efetiva transferência das ações foi realizada em 15 de dezembro de 2011.

Em 1° de julho de 2011, a Sociedade adquiriu a totalidade das cotas do capital social da Brasil Central Energia Ltda. ("BCELT"), que detêm autorização da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL para exploração da PCH Sacre II, na forma de produtor independente de energia.

PCH	Potência em MW	Nº da autorização ANEEL	Vencimento do prazo da autorização	Local
PCH Sacre II	30,00	711/2002	17/12/2032	Mato Grosso

A controlada da Sociedade possui contrato de venda de energia (PPA - *Power Purchase Agreement*) de acordo com as seguintes principais características:

	Datas do	contrato
Cliente	Início	Vencimento
Parte relacionada	01/01/2019	31/12/2019

Anualmente ou na menor periodicidade permitida em lei ou regulamento, os preços da energia contratada dos contratos de venda de energia listados acima são reajustados pelo Índice Geral de Preços de Mercado - IGP-M ou pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, divulgados pela Fundação Getúlio Vargas - FGV e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, observando as diretrizes contábeis emanadas da legislação societária ("Lei nº 6.404/76"), que incluem os dispositivos introduzidos, alterados e revogados pela Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007 ("Lei nº 11.638/07"), e pela Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009 ("Lei nº 11.941/09"), e dos pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC.

Adicionalmente, a Sociedade considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07 na preparação das suas demonstrações financeiras. Desta forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.2. Base de elaboração

As demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

A Sociedade adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações técnicas emitidas pelo CPC e aprovadas pelo CFC que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2019. As práticas contábeis, descritas na Nota Explicativa 2.3, foram aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nestas demonstrações financeiras.

2.3. Sumário das principais práticas contábeis

O resumo das principais políticas contábeis adotadas pela Sociedade é como segue:

a) Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Sociedade considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo; por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

2.3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

b) Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros são reconhecidos a partir da data em que a Sociedade se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo, acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado, aos quais tais custos são diretamente lançados no resultado do exercício. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço, de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros.

b.1) Ativos financeiros

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem.
- A Sociedade transferir os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumir uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de repasse.
- A Sociedade transferir substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou não transferir nem reter substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferir o controle sobre o ativo.

Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Sociedade são caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e dividendos a receber.

b.2) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados entre as categorias abaixo de acordo com a natureza dos instrumentos financeiros contratados ou emitidos:

i) <u>Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado</u>

A cada encerramento de balanço são mensurados pelo seu valor justo. Os juros, a atualização monetária, e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo, quando aplicáveis, são reconhecidos no resultado.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

2.3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

- b) <u>Instrumentos financeiros</u>--Continuação
 - b.2) Passivos financeiros--Continuação

ii) Empréstimos e recebíveis

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos à juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar.

Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Sociedade são contas a pagar, empréstimos e financiamentos e dividendos a pagar.

c) Ativos e passivos sujeitos à atualização monetária

Os ativos e passivos sujeitos à indexação são atualizados monetariamente com base nos índices aplicáveis vigentes na data do balanço. As variações monetárias são reconhecidas no resultado pelo regime de competência.

d) Estoques

Referem-se a peças sobressalentes para reposição necessárias para a operação e manutenção da usina e são convertidos para custo no momento de sua utilização. Estão registrados pelo custo de aquisição e classificados no ativo circulante. Os valores contabilizados não excedem seus custos de reposição ou valores de realização.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

2.3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

e) Outros ativos circulantes e não circulantes

São demonstrados ao valor de custo ou realização, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos e variações monetárias ou cambiais auferidas.

f) Provisão para desmobilização de ativos

A provisão de desmobilização é constituída quando se existe o compromisso de devolver o terreno, onde está instalado o empreendimento, nas mesmas condições em que se encontrava antes da criação do parque eólico. Tal provisão tem seu valor atualizado mensalmente, com base no IGP-M acumulado dos últimos doze meses.

g) <u>Investime</u>ntos

Uma controlada é uma entidade sobre a qual a Sociedade tem o poder de controlar as políticas financeiras e operacionais de uma entidade para auferir benefícios de suas atividades.

Os resultados, ativos e passivos das controladas são incorporados às demonstrações financeiras com base no método de equivalência patrimonial (Nota 5), cujos investimentos em controladas são inicialmente registrados pelo valor de custo e em seguida ajustados para fins de reconhecimento da participação da Sociedade no lucro ou prejuízo e outros resultados abrangentes da investida. Quando a parcela da Sociedade no prejuízo de uma coligada ou controlada excede a participação da Sociedade naquela entidade (incluindo qualquer participação de longo prazo que, na essência, esteja incluída no investimento líquido nessa entidade), a Sociedade deixa de reconhecer a sua participação em prejuízos adicionais. Os prejuízos adicionais são reconhecidos somente se a Sociedade tiver incorrido em obrigações legais ou constituídas ou tiver efetuado pagamentos em nome da entidade.

O ágio apurado pela diferença entre o custo do investimento e a parte do investidor no valor justo líquido dos ativos e passivos identificáveis da investida foram amortizados de acordo com a vida útil dos itens pelos quais foram gerados.

Na demonstração financeira consolidada, o ágio foi alocado na rubrica do ativo imobilizado.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

2.3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

g) Investimentos--Continuação

As exigências do CPC 38 são aplicáveis para fins de determinação da necessidade de reconhecimento da perda por redução do valor recuperável com relação ao investimento da Sociedade em uma controlada. Se necessário, o total do valor contábil do investimento (inclusive ágio) é testado para determinação da redução ao valor recuperável de acordo com o CPC 1 (R1), como um único ativo, por meio da comparação do seu valor recuperável (maior valor entre o valor em uso e o valor justo menos os custos para vender) com seu valor contábil. Qualquer perda por redução ao valor recuperável reconhecida é acrescida ao valor contábil do investimento. Qualquer reversão dessa perda por redução ao valor recuperável é reconhecida de acordo com o CPC 1 (R1) na medida em que o valor recuperável do investimento é subsequentemente aumentado.

Quando uma empresa da Sociedade realiza uma transação com uma coligada ou controlada, os lucros e prejuízos resultantes são reconhecidos apenas com relação às participações na investida não relacionadas à Sociedade.

h) Transações com partes relacionadas

As transações com partes relacionadas foram, como regra geral, praticadas em condições e prazos semelhantes aos de mercado. Certas transações, por possuírem características e condições únicas e/ou específicas, portanto não comparáveis, foram estabelecidas em condições justas entre as partes, de forma a remunerar adequadamente seus respectivos investimentos e custos operacionais.

i) Ativo imobilizado

É demonstrado ao custo de aquisição ou construção, deduzido dos impostos compensáveis, quando aplicável, e da depreciação acumulada. Adicionalmente, com base na opção exercida pela Sociedade na adoção inicial dos novos pronunciamentos, foram avaliados a valor justo os custos da classe de imobilizado, com base na adoção do custo atribuído aos ativos dessa classe.

A Sociedade utiliza o método de depreciação linear definida com base na avaliação da vida útil estimada de cada ativo ou considerando o período remanescente de autorização, dos dois, o menor. As vidas úteis dos ativos da Sociedade são demonstradas na Nota 6.

A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados na data do balanço patrimonial e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

2.3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

i) <u>Ativo imobilizado</u>--Continuação

Os gastos incorridos com manutenção e reparo são capitalizados quando resultam em aumento da capacidade ou da vida útil econômica do ativo, enquanto os demais são registrados diretamente no resultado.

j) <u>Provisão</u>

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultante de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada período de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação.

Quando são esperados que algum ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

k) Apuração do resultado

As receitas e despesas são reconhecidas no resultado pelo regime de competência.

I) Reconhecimento da receita

A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de devoluções, descontos comerciais e/ou bonificações concedidos ao comprador e outras deduções similares.

Mais especificamente, a receita de venda de energia é reconhecida quando a energia é entregue ao cliente.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

2.3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

m) Imposto de renda e contribuição social

A controladora apura imposto de renda e contribuição social com base no lucro real mediante a aplicação das alíquotas de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 para o imposto de renda e 9% para a contribuição social incidentes sobre o lucro tributável. Sua controlada apura seus impostos com base no lucro presumido mediante a aplicação das alíquotas de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 para o imposto de renda e 9% para a contribuição social incidentes sobre os percentuais de 8% para imposto de renda e 12% para a contribuição social sobre a receita bruta auferida no período de apuração, conforme determinado pela legislação tributária em vigor.

Os impostos correntes são reconhecidos no resultado, exceto quando correspondem a itens registrados em "outros resultados abrangentes", ou diretamente no patrimônio líquido.

n) Estimativas contábeis

As estimativas contábeis foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, de acordo com o julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem provisão para créditos de liquidação duvidosa, provisão para contingências e provisão para redução ao valor recuperável dos ativos.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Sociedade revisa as estimativas e premissas, no mínimo, anualmente.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

2.3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

o) Recuperação de ativos

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de identificar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar a deterioração, obsolescência ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas, e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Essas perdas serão lançadas ao resultado do exercício quando identificadas.

p) <u>Demonstrações dos fluxos de caixa</u>

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa.

2.4. Base de consolidação e investimentos em controladas

Nas demonstrações financeiras consolidadas são eliminados os investimentos na controlada contra seus respectivos patrimônios líquidos, lucros ou prejuízos não realizados entre empresas, quando aplicáveis, resultados de equivalência patrimonial e provisões para cobertura de passivos a descoberto de controladas, receitas e despesas realizadas entre empresas, saldos entre as empresas nos ativos e passivos circulantes e não circulantes.

Os exercícios sociais da controlada incluída na consolidação são coincidentes com os da controladora e as práticas e políticas contábeis foram aplicadas de forma uniforme nas empresas consolidadas e são consistentes com aquelas utilizadas no exercício anterior.

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Sociedade e de sua controlada, por participação direta no capital social, como segue:

	Percentuais de pa	irticipação
Controlada direta	2019	2018
		_
Brasil Central Energia Ltda.	100%	100%

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

2.5. Novos pronunciamentos contábeis

O CPC 06 (R2) entrou em vigor a partir de 1° de janeiro de 2019, e não teve efeito material sobre os montantes divulgados no exercício atual.

O CPC 06 (R2) estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamentos e exige que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos sob um único modelo no balanço patrimonial. Na data de início de um contrato de arrendamento, o arrendatário reconhece um passivo relativo aos pagamentos de arrendamento e um ativo que representa o direito de utilizar o ativo subjacente durante o prazo de arrendamento (ou seja, o ativo de direito de uso). Os arrendatários reconhecem separadamente a despesa de juros sobre o passivo durante o período do arrendamento para produzir uma taxa periódica constante de juros, e a despesa de amortização sobre o ativo de direito de uso.

Os arrendatários também devem reavaliar o passivo do arrendamento na ocorrência de determinados eventos (por exemplo, uma mudança no prazo do arrendamento, uma mudança nos pagamentos futuros do arrendamento como resultado da alteração de um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos). Em geral, o arrendatário reconhece o valor da reavaliação do passivo de arrendamento como um ajuste do ativo de direito de uso.

O ICPC 22 – Incerteza sobre o tratamento dos impostos sobre a renda, entrou em vigor a partir de 1° de janeiro de 2019, e trata da contabilização dos tributos sobre o lucro nos casos em que os tratamentos tributáveis envolvem incerteza, que afeta a aplicação do CPC 32 – Imposto de renda. A interpretação aborda especificamente o seguinte:

- Como aplicar a legislação tributária a transações ou circunstâncias específicas;
- Ou se as autoridades tributárias aceitarão determinado tratamento tributário adotado pela Sociedade. Se a Sociedade concluir que não é provável que um tratamento tributário específico seja aceito, a Sociedade deve usar estimativas (valor mais provável ou valor esperado) para determinar o tratamento tributário (lucro tributável, bases tributárias, prejuízos fiscais não utilizáveis, créditos fiscais não usados, taxa de imposto e assim por diante). A decisão deve basear-se em qual método fornece melhores previsões da resolução da incerteza.

A Administração da Sociedade entende que a aplicação dessa interpretação não trouxe impactos significativos nas informações da Sociedade, uma vez que os principais processos judiciais de imposto de renda e de contribuição social, são considerados pela Administração da Sociedade, com suporte dos seus consultores jurídicos, como mais "provável que sim" de sustentação nas esferas judiciais.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Caixa e equivalentes de caixa

	Controlad	Consolidado		
	2019	2018	2019	2018
Caixa e depósitos bancários	7	185	53	1.206
Aplicações financeiras	61	-	892	-
Total	68	185	945	1.206

As aplicações financeiras classificadas como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado estão compostas da seguinte forma:

			Controladora		Consolidado	
Instituição financeira	Tipo	Remuneração	2019	2018	2019	2018
Banco BTG Pactual	Fundo DI	CDI	-	-	9	-
Banco Itaú S.A.	Fundo DI	CDI	61	-	883	-
			61	-	892	-

As aplicações financeiras são de curto prazo, de alta liquidez e prontamente conversíves em um montante conhecido de caixa.

4. Contas a receber (Consolidado)

	Consolidado		
	2019	2018	
Venda de energia – MRE/CCEE (*)	9.674	4.957	
Contas a receber – partes relacionadas	4.837	18.375	
	14.511	23.332	

^(*) Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) e Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

A composição dos saldos por prazo de vencimento é como segue:

	Consolidado		
	2019	2018	
Saldo a vencer	14.511	9.309	
Saldo vencido até 30 dias	-	2.782	
Saldo vencido de 31 a 90 dias	-	11.241	
Total	14.511	23.332	

A Administração não espera perdas no saldo do contas a receber.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

5. Investimento (Controladora)

	Partici _l sobre o ca		Patrime Iíquie		Lucı do exer		Valor investin		Equivale patrime	
Controlada	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018
Brasil Central Energia Ltda.	100,00%	100,00%	34.594	45.611	48.046	51.081	34.594	45.611	48.046	51.081
Ágio alocado na aquisição de controlada			-	-	-	-	126.358	136.078	-	-
Total		_	34.594	45.611	48.046	51.081	160.952	181.689	48.046	51.081

Na controladora, a movimentação do investimento está demonstrada a seguir:

Controlada	Saldo em 2018	Equivalência patrimonial	Amortização de ágio	Dividendos	Saldo em 2019
Brasil Central Energia Ltda.	45.611	48.046	-	(59.063)	34.594
Ágio alocado na aquisição de controlada	136.078	-	(9.720)	-	126.358
Total	181.689	48.046	(9.720)	(59.063)	160.952

Controlada	Saldo em 2017	Equivalência patrimonial	Amortização de ágio	Redução de capital	Dividendos	Saldo em 2018
Brasil Central Energia Ltda.	93.235	51.081	-	(46.800)	(51.905)	45.611
Ágio alocado na aquisição de controlada	145.798	-	(9.720)	-	-	136.078
Total	239.033	51.081	(9.720)	(46.800)	(51.905)	181.689

Principais informações sobre a controlada:

	2019				201	8		
_	Total do ativo	Total do passivo	Patrimônio líquido	Lucro do exercício	Total do ativo	Total do passivo	Patrimônio líquido	Lucro do exercício
Brasil Central Energia Ltda.	75.288	40.694	34.594	48.046	86.119	40.508	45.611	51.081

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

6. Imobilizado (Consolidado)

	Em serviço							
			Reservatórios,	Edificações,				
		Máquinas e	barragens e	obras civis e	Transmissão	Estoque de	Bens em	
	Terrenos	equipamentos	adutoras	benfeitorias	e distribuição	ativo fixo	andamento	Total
31 de dezembro de 2017	450	53.813	206.641	33.241	22.818	373	38	317.374
Adições	-	-	-	-	-	75	205	280
Baixas	-	(86)	-	-	-	-	-	(86)
Transferências	-	83	1	(1)	-	-	(83)	-
31 de dezembro de 2018	450	53.810	206.642	33.240	22.818	448	160	317.568
Adições	-	-	-	_	-	57	682	739
Baixas	-	(246)	-	-	-	-	(1)	(247)
Transferências	-	160	(1)	2	(1)	(34)	(126)	-
31 de dezembro de 2019	450	53.724	206.641	33.242	22.817	471	715	318.060
31 de dezembro de 2017	(127)	(19.137)	(64.815)	(13.900)	(8.635)			(106.614)
Adições de depreciação	(21)	(2.425)	(9.455)	(1.298)	(948)	-	-	(14.147)
Baixas de depreciação	-	62	-	-	-	-	-	62
31 de dezembro de 2018	(148)	(21.500)	(74.270)	(15.198)	(9.583)	-	-	(120.699)
Adições de depreciação	(7)	(1.997)	(9.142)	(557)	(542)	-	-	(12.245)
Baixas de depreciação	-	176	-	-	•	-	-	176
31 de dezembro de 2019	(155)	(23.321)	(83.412)	(15.755)	(10.125)	-	-	(132.768)
Total em 31 de dezembro de 2018	302	32.310	132.372	18.042	13.235	448	160	196.869
Total em 31 de dezembro de 2019	295	30.403	123.229	17.487	12.692	471	715	185.292

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

6. Imobilizado (Consolidado)--Continuação

a) Método de depreciação

A Sociedade e sua controlada efetuaram a revisão da taxa de depreciação de seus ativos imobilizados ao final dos exercícios de 2019 e 2018 e não julgaram necessário alterar a estimativa de vida útil individual dos ativos incluídos nos grupos de edificações, obras civis e benfeitorias, máquinas e equipamentos, reservatórios, barragens e adutoras e transmissão e distribuição.

Para o cálculo da depreciação, é considerado a vida útil dos bens ou o prazo de concessão, dos dois, o menor. O quadro abaixo demonstra a vida útil dos itens, conforme enquadramento dos ativos da Empresa à Portaria nº 674/2015 da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

vida utii
25 a 50 anos
10 a 40 anos
30 a 50 anos
20 a 40 anos

b) Teste de redução ao valor recuperável de ativos (impairment)

De acordo com o CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, aprovado pela Resolução do CFC nº 1292/10, de 20 de agosto de 2010, os itens do ativo imobilizado que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação são revisados detalhadamente para determinar a necessidade de provisão para redução do saldo contábil a seu valor de realização.

A Administração não identificou mudanças de circunstâncias ou sinais de obsolescência tecnológica, bem como evidências de que seus ativos corpóreos utilizados em suas operações não são recuperáveis perante seu desempenho operacional e financeiro, e concluiu que, em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, seus ativos, considerando as unidades geradoras de caixa, são recuperáveis.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

7. Contas a pagar

	Controlad	Consolidado		
	2019	2018	2019	2018
Fornecedores	-	28	366	411
Contas a pagar – partes relacionadas	-	-	416	8.293
Seguros	-	-	3	2
Total	-	28	785	8.706

8. Empréstimos e financiamentos

		Controla	dora	
	2019		20	18
Encargos	Circulante Não	circulante	Circulante	Não circulante
CDI + 3,50%	-	-	1.530	-
Mútuo	-	-	183	-
	-	-	1.713	-
		Consolic	lado	
	2019		20	18
Encargos	Circulante Não	circulante	Circulante	Não circulante
CDI + 3,50%	-	-	1.530	-
	-	-	1.530	-
	CDI + 3,50% Mútuo Encargos	CDI + 3,50% - Mútuo - Encargos Circulante Não CDI + 3,50% - Mútuo Company - Encargos Circulante Não	2019	Encargos Circulante Não circulante Circulante CDI + 3,50% - - 1.530 Mútuo - - 1.713 Encargos Circulante Consolidado 2019 20 Encargos Circulante Não circulante Circulante CDI + 3,50% - - - 1.530

Movimentação dos empréstimos nos respectivos exercícios:

	Controladora		Consolid	lado
	2019	2018	2019	2018
Saldo inicial	1.713	36.896	1.530	23.182
Captação	10.800	33.700	-	-
Juros provisionados	34	542	34	542
Amortização – principal	(12.634)	(69.140)	(1.528)	(21.600)
Pagamento – juros	(38)	(594)	(36)	(594)
IOF provisionado	125	309	-	-
Saldo final	-	1.713	-	1.530

Para fins de cálculo dos juros é considerada a seguinte condição: margem de 3,5% ao ano, capitalizada sobre a variação acumulada do CDI, de 1º de julho de 2011 a 31 de dezembro de 2019.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. Provisão para contingências (Consolidado)

Segue abaixo a movimentação das contingências provisionadas pela administração:

	Consolidado
	Trabalhistas
31 de dezembro de 2017	50
Baixa	(50)
31 de dezembro de 2018	-
Adição	-
31 de dezembro de 2019	<u> </u>

Em 31 de dezembro de 2019, a controlada não possui nenhuma ação classificada por seus assessores jurídicos como sendo de perda provável.

Em 31 de dezembro de 2019, a controlada possui uma ação tributária, classificada como probabilidade de perda possível, no montante de R\$ 441 (R\$ 7.100 em 31 de dezembro de 2018).

10. Impostos e contribuições a recolher (Consolidado)

	Controladora		Consolidado	
_	2019	2018	2019	2018
IRPJ - Imposto de Renda Pessoa Jurídica	-	_	421	305
CSLL - Contribuição Social sobre Lucro Líquido	-	-	230	164
Total - Impostos diretos	-	-	651	469
PIS - Programa de Integração Social	-	-	61	18
COFINS - Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social	-	-	281	85
INSS - Instituto Nacional do Seguro Social	-	-	32	18
ISSQN - Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza	1	1	-	-
ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias	-	-	241	228
Retenções - Lei nº 10.833	-	-	11	11
Outros impostos a recolher	-	-	13	17
Total - Impostos indiretos	1	1	639	377
Total - Impostos a recolher	1	1	1.290	846

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

11. Obrigação com aquisição de investimento

	Holdback
31 de dezembro de 2017	4.521
Atualização	542
31 de dezembro de 2018	5.063
Atualização	167
31 de dezembro de 2019	5.230

A Sociedade apresenta obrigações com aquisições de investimentos (Brasil Central Energia Ltda.) com a contraparte Rede Gaia Energia e Participações S.A.

12. Provisões para risco hidrológico (Consolidado)

A composição das provisões para risco hidrológico é:

	Consolidad	Consolidado		
	2019	2018		
Provisões MRE/CCEE (*)	19.743	18.394		
Total	19.743	18.394		

O - -- - - 1! -! - -! -

(*) Em 2018, refere-se ao diferencial a pagar devido aos impactos da liminar do GSF e GFIS, e em 2019 refere-se apenas aos impactos da liminar do GSF.

A controlada da Sociedade está contratada no Ambiente de Contratação Livre ("ACL"), e não considerou vantajosa a metodologia proposta pelo Governo acerca da repactuação do risco hidrológico. Consequentemente, a liminar sobre o tema permanece vigente enquanto a decisão final do mérito não é proferida. Adicionalmente, a controlada da Sociedade mantém as discussões com o Governo sobre novas medidas para a repactuação do risco hidrológico.

Em 2015, devido ao período de escassez de chuvas, a CCEE diminuiu a garantia física das empresas do MRE (Mecanismo de Realocação de Energia) que estão no mercado livre de energia, incluindo a controlada da Sociedade. Posteriormente, em conjunto com os demais membros da ABRAGEL (Associação Brasileira dos Geradores de Energia Elétrica), a controlada da Sociedade entrou com uma liminar contra a CCEE para garantir a manutenção de sua garantia física (GFIS). Com isso, a controlada da Sociedade efetuou o provisionamento desta em disputa.

Em 28 de junho de 2019, a referida Liminar obteve julgamento favorável em primeira instância. Por esse motivo, nossos assessores jurídicos alteraram a probabilidade de perda para remota, e em setembro de 2019, a controlada da Sociedade junto aos seus advogados, com base em um parecer jurídico, avaliaram, a partir das informações disponíveis no momento, que essa disputa possui chance de perda remota, não necessitando mais de provisionamento no balanço.

O efeito da reversão de provisão da Liminar do GFIS, referente à Portaria MME 463/2009 e sua atualização monetária, perfaz R\$2.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto guando indicado de outra forma)

13. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social subscrito e integralizado, em 31 de dezembro de 2019 é de R\$ 133.901 (em 31 de dezembro de 2018 era de R\$ 146.401), dividido em 163.637.306 (cento e sessenta e três milhões, seiscentas e trinta e sete mil, trezentas e seis) ações ordinárias, com direito a voto, todas sob a forma nominativa, sem valor nominal.

Em 20 de fevereiro de 2019, os acionistas, por meio da Assembleia Geral Extraordinária, realizada nesta data, aprovaram a redução de capital da Sociedade no montante de R\$ 12.500, sem cancelamentos de ações.

Em 03 de dezembro de 2018, os acionistas, por meio da Assembleia Geral Extraordinária, realizada nesta data, aprovaram a redução de capital da Sociedade no montante de R\$ 24.000, sem cancelamentos de ações.

Em 10 de outubro de 2018, os acionistas, por meio da Assembleia Geral Extraordinária, realizada nesta data, aprovaram a redução de capital da Sociedade no montante de R\$ 4.000, sem cancelamentos de ações.

Em 10 de setembro de 2018, os acionistas, por meio da Assembleia Geral Extraordinária, realizada nesta data, aprovaram a redução de capital da Sociedade no montante de R\$ 684 através da compensação do custo de captação de recursos, sem cancelamentos de ações.

b) Reservas de lucros

b.1) Reserva legal

O estatuto social determina que 5% do lucro líquido serão aplicados, antes de qualquer outra destinação na constituição da reserva legal, a qual não poderá exceder a 20% do capital social, nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76.

b.2) Reserva de retenção de lucros

O estatuto social da Sociedade prevê que o saldo remanescente, após as deduções legais, será distribuído como dividendo aos acionistas ou terá a destinação que lhe der a Assembleia Geral.

Conforme previsto no artigo 199 da Lei nº 6.404/76, o saldo das reservas de lucros, exceto as reservas para contingências, de incentivos fiscais e de lucros a realizar, não poderá ultrapassar o capital social. Atingindo esse limite, a Assembleia deliberará sobre a aplicação do excesso na integralização ou no aumento do capital social, ou na distribuição de dividendos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto guando indicado de outra forma)

13. Patrimônio líquido—Continuação

b) Reservas de lucros--Continuação

b.2) Reserva de retenção de lucros--Continuação

Ainda, conforme previsto no artigo 202, §§ 4° e 5° da Lei n° 6.404/76, os lucros que deixarem de ser distribuídos em razão de situação financeira da Sociedade devem ser registrados como reserva especial e, se não absorvidos por prejuízos em exercícios subsequentes, deverão ser pagos como dividendos assim que o permitir a situação financeira da Sociedade.

c) <u>Custos incorridos na captação de recursos</u>

Em conformidade com CPC 8 os custos de transação incorridos na captação de recursos por intermédio da emissão de títulos patrimoniais devem ser contabilizados, de forma destacada, em conta redutora de patrimônio líquido, deduzidos os eventuais efeitos fiscais. Durante o exercício de 2018, ocorreu a redução de capital através da compensação do custo de captação de recursos.

d) Dividendos

O estatuto social determina que será destinado ao pagamento do dividendo mínimo obrigatório o valor correspondente a 25% do lucro líquido do exercício, ajustado em conformidade com o disposto no artigo 202 da Lei nº 6.404/76 das Sociedades por Ações.

O valor de dividendos mínimos obrigatórios, relativos ao exercício de 2019, perfaz R\$ 9.023.

O Estatuto Social determina também que, atendida à destinação do dividendo mínimo obrigatório, o saldo disponível será distribuído, igualmente, como dividendo aos acionistas ou terá a destinação que lhe der a Assembleia Geral.

Em 13 de dezembro de 2019, os acionistas, por meio da Assembleia Geral Extraordinária, realizada nesta data, aprovaram a distribuição de dividendos intermediários referentes ao exercício social encerrado em 30 de junho de 2019 no valor de R\$ 14.921 (R\$ 91,18 por lote de mil ações).

Em 06 de maio de 2019, foi realizada a Assembleia Geral Ordinária de acordo com a qual aprovaram a distribuição de dividendos referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, no valor de R\$ 1.219 (R\$ 7,45 por lote de mil ações) à conta de Reserva Especial.

Em 22 de abril de 2019, foi realizada a Assembleia Geral Extraordinária de acordo com a qual aprovaram a distribuição de dividendos referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, no valor de R\$ 27.146 (R\$ 165,89 por lote de mil ações) à conta de Reserva Especial.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. Patrimônio líquido—Continuação

d) <u>Dividendos</u>--Continuação

Em 03 de dezembro de 2018, os acionistas, por meio da Assembleia Geral Extraordinária, realizada nesta data, aprovaram a distribuição de dividendos referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, no valor de R\$ 5.190 (R\$ 31,72 por lote de mil ações) à conta de Reserva Especial.

Em 17 de abril de 2018, foi realizada a Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de acordo com a qual aprovaram a distribuição de dividendos referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, no valor de R\$ 1.667 (R\$ 10,19 por lote de mil ações) e em 31 de dezembro de 2017, no valor de R\$ 19.352 (R\$ 118,26 por lote de mil ações) à conta de Reserva Especial.

14. Receita operacional líquida (Consolidado)

	Consolidado		
	2019	2018	
Receita operacional bruta			
Fornecimento de energia			
Venda de energia elétrica - partes relacionadas	58.818	61.183	
Resultado com MRE e CCEE (*)	8.902	6.286	
	67.720	67.469	
Deduções da receita operacional bruta			
Impostos sobre a venda			
ICMS	(9)	-	
PIS	(447)	(435)	
COFINS	(2.064)	(2.009)	
Receita operacional líquida	65.200	65.025	

^(*) Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) e Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

15. Divulgação dos custos e das despesas por natureza

	Consolidado		
	2019	2018	
Custo de geração de energia			
Compra de energia elétrica – partes relacionadas	5.599	-	
Royalties ANEEL	1.331	1.194	
	6.930	1.194	
Custo com a operação			
Impostos, licenças e taxas	44	5	
Serviços de terceiros	832	676	
Seguros	229	248	
Pessoal	1.159	1.095	
Depreciação	12.245	14.147	
Serviços de operação e manutenção – partes relacionadas	1.270	1.405	
MRE/CCEE (*)	-	781	
Telecomunicações	173	108	
Doações	604	575	
Outros	427	638	
	16.983	19.678	
Total do custo de geração de energia	23.913	20.872	

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Despesas gerais e administrativas				
Impostos, licenças e taxas	-	-	1	1
Viagens	-	1	2	2
Serviços de terceiros	34	108	117	126
Pessoal	-	-	7	1
Amortização do ágio na aquisição de investimento	9.720	9.720	-	-
Promoção e publicidade	60	53	61	53
Total das despesas gerais e administrativas	9.814	9.882	188	183

^(*) Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) e Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

16. Outras receitas (despesas) operacionais (Consolidado)

	Consolidado		
	2019	2018	
Receita por indenização	(127)	-	
Multas e juros sobre tributos	(1)	-	
Ganho (perda) na venda de ativos	(69)	-	
Baixa de provisão referente ao GFIS (Portaria 463) – Vide NE 12	2	-	
Outros	1.077	(6)	
Total	882	(6)	

17. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Receitas financeiras				
Rendimento de aplicações financeiras	89	3	178	179
Total	89	3	178	179
Despesas financeiras				
Juros sobre empréstimos	34	542	34	542
Atualização de contingências	167	-	167	-
Imposto sobre operações financeiras	129	-	149	-
Despesas com juros e descontos concedidos	-	-	1.346	787
Outros	-	851	-	875
Total	330	1.393	1.696	2.204

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

18. Imposto de renda e contribuição social

	Consolidad	Consolidado		
	2019	2018		
Corrente				
Imposto de renda	1.721	1.384		
Contribuição social	751	746		
Total com despesas de impostos	2.472	2.130		

A controlada direta da Sociedade calcula o imposto de renda e a contribuição social pela sistemática de lucro presumido, como demonstrado a seguir:

	2019	2019		2018	
Impostos correntes	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	
Faturamento (fornecimento de energia)	67.720	67.720	67.469	67.469	
ICMS	(10)	(10)	-	-	
Outros – Baixa Liminar GFIS	2	2	-	-	
Outros - Indenização lucros cessantes	1.066	1.066	-	_	
•	68.778	68.778	67.469	67.469	
% para base de cálculo	8%	12%	8%	12%	
Base de cálculo	5.502	8.253	5.398	8.096	
Receitas financeiras	89	89	179	179	
Outras receitas	10	10	10	10	
Base de cálculo total	5.601	8.352	5.587	8.285	
% do imposto (*)	25%	9%	25%	9%	
	1.376	752	1.373	746	
Outros	345	(1)	11	-	
Total	1.721	751	1.384	746	

^(*) Aplicação das alíquotas de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 por investida, para o imposto de renda, e 9% para a contribuição social incidentes sobre o lucro tributável.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

18. Imposto de renda e contribuição social--Continuação

A reconciliação do imposto de renda e da contribuição social, na controladora, calculados com base nas alíquotas nominais em relação aos valores contabilizados, como demonstrado a seguir:

	2019	2018
Lucro antes de imposto de renda e contribuição social	37.991	39.809
% do imposto (*)	34%	34%
Base de imposto de renda e contribuição social	(12.917)	(13.535)
Amortização de ágio	(3.305)	(3.305)
Equivalência patrimonial	16.336	17.368
Créditos fiscais de IRPJ e CSLL não reconhecidos	(114)	(528)
Total despesa de imposto de renda e contribuição social	-	-

^(*) Aplicação das alíquotas de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 por investida, para o imposto de renda, e 9% para a contribuição social incidentes sobre o lucro tributável.

A legislação fiscal de imposto de renda e contribuição social determina que os prejuízos fiscais e a base negativa de contribuição social são compensáveis, em qualquer ano, no limite de 30% do lucro do exercício antes dos impostos, determinado de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, ajustado conforme a legislação fiscal. A sociedade não apurou lucro tributável em 2019 e em 2018.

Em 31 de dezembro de 2019, a controladora possuía um saldo total de imposto de renda sobre prejuízos fiscais e contribuição social sobre base negativa acumulados, no montante de R\$ 29.042 (R\$ 28.928 em 31 de dezembro de 2018). O total do prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social em 31 de dezembro de 2019 é de R\$ 85.417 (R\$ 85.081 em 31 de dezembro de 2018).

Os créditos tributários diferidos sobre prejuízos fiscais e base negativa não foram registrados pelo fato da sociedade não ter expectativa de apuração de lucros fiscais futuros para realização dos referidos créditos tributários.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

19. Transações com partes relacionadas

As transações com partes relacionadas foram, como regra geral, praticadas em condições e prazos semelhantes aos de mercado, e estão resumidas como segue:

		Controladora		Consoli	lado	
	Nota	2019	2018	2019	2018	
Ativo						
Contas a receber						
Brookfield Energia Renovável S.A.	(a)	-	-	-	11.241	
Brookfield Energia Comercializadora Ltda.	(a)	-	-	4.837	5.661	
Santa Ana Energética S.A.	(a) _	-	-	-	1.473	
	<u>-</u>	-	-	4.837	18.375	
Dividendos a receber						
Brasil Central Energia Ltda.	(b)	18.724	12.770	-	-	
	_	18.724	12.770	-	-	
<u>Passivo</u>						
Contas a pagar						
Brookfield Energia Renovável S.A.	(c)	-	-	108	8.293	
Brookfield Energia Comercializadora Ltda.	(c)	-	-	308	-	
	_	-	-	416	8.293	
Dividendos a pagar						
Brookfield Americas Infrastructure (Brasil Power) FIP	(d)	13.740	9.455	13.740	9.455	
		13.740	9.455	13.740	9.455	
Mútuos a pagar						
Brasil Central Energia Ltda.	(e)	-	183	-	-	
Brookfield Americas Infrastructure (Brasil Power) FIP	(e)	-	1.530	-	1.530	
	_	-	1.713	-	1.530	
Resultado						
Venda de energia						
Brookfield Energia Comercializadora Ltda.	(f)	-	-	58.818	59.710	
Santa Ana Energética S.A.	(f)	-	-	-	1.473	
	_	-	-	58.818	61.183	
Compra de energia						
Brookfield Energia Comercializadora Ltda.	(g)	-	-	4.126	-	
Santa Ana Energética S.A.	(g)	-	-	1.473	-	
	_	-	-	5.599	-	
Serviço de O&M - Despesa						
Brookfield Energia Renovável S.A.	(h)	-	-	1.270	1.405	
		-	-	1.270	1.405	
Despesas financeiras	_					
Brookfield Americas Infrastructure (Brasil Power) FIP	(e)	34	542	34	542	
	_	34	542	34	542	

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto guando indicado de outra forma)

19. Transações com partes relacionadas--Continuação

- a) Contas a receber entre a Sociedade e as empresas do grupo, como venda de energia elétrica, serviços de administração, operação e manutenção e outros;
- b) Dividendos a receber de Brasil Central Energia Ltda.;
- c) Contas a pagar entre a Sociedade e as empresas do grupo, como compra de energia elétrica, serviços de administração, operação e manutenção e outros;
- d) Dividendos a serem pagos a Brookfield Americas Infrastructure (Brazil Power) FIP;
- e) Mútuo entre empresas do grupo e partes relacionadas com encargos financeiros;
- f) Venda de energia elétrica para outras empresas do grupo;
- g) Compa de energia elétrica para outras empresas do grupo;
- h) Conforme acordado entre as partes, referente à prestação de serviços de assessoria e de consultoria empresarial nas áreas jurídica, contábil, fiscal, trabalhista, de administração financeira, recursos humanos e engenharia, reajustado anualmente pela variação do IGP-M.

20. Seguros

A Controlada da Sociedade adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens vinculados à concessão sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

Em 31 de dezembro de 2019, a soma das indenizações pagas pela presente apólice não poderá exceder o limite máximo de indenização combinado, Danos Materiais e Lucros Cessantes, no valor total de R\$ 600.000 (R\$ 600.000 em 31 de dezembro de 2018).

A redução ou aumento do valor de danos materiais se deve à conclusão das avaliações patrimoniais efetuadas por empresa externa em fevereiro de 2019.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

21. Instrumentos financeiros

Em atendimento aos Pronunciamentos Técnicos CPC 39, 40 e 48, a Sociedade efetuou uma avaliação de seus instrumentos financeiros.

a) Análise dos instrumentos financeiros

A Sociedade efetuou avaliação de seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado e a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e estimativas para se calcular o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias pode ter um efeito relevante nos valores de realização estimados.

b) Classificação dos instrumentos financeiros por categoria

Os ativos financeiros da Sociedade são classificados a valor justo por meio do resultado ou por custo amortizado, conforme demonstrado abaixo:

	Controladora						
	2019 A valor justo			2018 A valor justo			
	Custo	por meio de		Custo	por meio de		
Ativos financeiros	amortizado	resultado	Total	amortizado	resultado	Total	
Caixa e equivalentes de caixa	-	68	68	-	185	185	
Dividendos a receber	18.724	-	18.724	12.770	-	12.770	
	18.724	68	18.792	12.770	185	12.955	
	Consolidado						
	2019		2018				
	A valor justo			A valor justo			
	Custo	por meio de		Custo	por meio de		
Ativos financeiros	amortizado	resultado	Total	amortizado	resultado	Total	
Caixa e equivalentes de caixa	-	945	945	-	1.206	1.206	
Contas a receber	14.511	_	14.511	23.332	-	23.332	
Cultas a recepei	17.011						

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

21. Instrumentos financeiros--Continuação

b) <u>Classificação dos instrumentos financeiros por categoria</u>--Continuação

Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado: incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. São classificados como mantidos para negociação se originados com o propósito de venda ou recompra no curto prazo. Os juros, atualização monetária, variação cambial e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo são reconhecidos no resultado quando incorridos na linha de receitas ou despesas financeiras.

Custo amortizado: Incluem ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, porém não cotados em mercado ativo. Os juros, atualização monetária, variação cambial, são reconhecidos no resultado quando incorridos na linha de receitas ou despesas financeiras.

Os principais passivos financeiros da Sociedade são classificados como custo amortizado, conforme demonstrado abaixo:

	Control	Controladora		
	2019	2018		
Passivos financeiros	Custo amortizado	Custo amortizado		
Contas a pagar	<u>-</u>	28		
Empréstimos e financiamentos	-	1.713		
Dividendos a pagar	13.740	9.455		
	13.740	11.196		
	Consolidado			
	2019	2018		
Passivos financeiros	Custo amortizado	Custo amortizado		
Contas a pagar	785	8.706		
Empréstimos e financiamentos	-	1.530		
Dividendos a pagar	13.740	9.455		
	14.525	19.691		

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

21. Instrumentos financeiros--Continuação

b) <u>Classificação dos instrumentos financeiros por categoria</u>--Continuação

Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado. A cada encerramento de balanço são mensurados pelo seu valor justo. Os juros, atualização monetária, variação cambial e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo, quando aplicáveis, são reconhecidos no resultado.

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, os principais instrumentos financeiros estão descritos a seguir:

Caixa e bancos

Estão apresentados pelo seu valor de mercado, que equivale ao seu valor contábil.

Aplicações financeiras

São classificadas como disponíveis à negociação. O valor de mercado está refletido nos valores registrados nos balanços patrimoniais.

Contas a receber e outras contas a receber

São classificados como mantidos até o vencimento, e estão registrados pelos seus valores originais, sujeitos a provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável.

• Empréstimos - partes relacionadas

São classificados como empréstimos e recebíveis e, apresentadas pelo valor de custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer redução ao valor recuperável. Os valores justos se aproximam dos valores contábeis devido à natureza e prazos de vencimento destes instrumentos.

• Empréstimos - instituições financeiras

São classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo e estão contabilizados pelos seus valores contratuais. Os valores de mercado destes empréstimos são equivalentes aos seus valores contábeis. Os valores justos são calculados com base na projeção dos fluxos futuros das operações (ativo e passivo), utilizando as curvas de mercado descontadas a valor presente.

A Sociedade não possui instrumentos financeiros registrados em contas patrimoniais, cujo valor de mercado difere do contábil em 2019 e 2018.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

21. Instrumentos financeiros--Continuação

c) Mensuração do valor justo

A tabela a seguir apresenta uma análise dos instrumentos financeiros reconhecidos pelo valor justo, após o seu reconhecimento inicial. Estes instrumentos financeiros estão agrupados em níveis de 1 a 3, com base no grau em que o seu valor justo é cotado:

- a) Nível 1: a mensuração do valor justo é derivada de preços cotados (não corrigidos) nos mercados ativos, com base em ativos e passivos idênticos.
- b) Nível 2: outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sejam observáveis, direta ou indiretamente.

	Consolidad	Consolidado		
	2019	2018		
	•			
Caixa e equivalentes de caixa	945	1.206		

c) Nível 3: a mensuração do valor justo é derivada de técnicas de avaliação que incluem um ativo ou passivo que não possuem mercado ativo.

A Sociedade não possui instrumentos financeiros classificados em nível 1 ou 3 em 31 de dezembro de 2019 e 2018. A mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros é aproximada do valor contábil.

d) Gestão de risco

As operações financeiras da Sociedade são realizadas por intermédio da área financeira de acordo com a estratégia conservadora, visando à segurança, rentabilidade e liquidez previamente aprovada pela diretoria e acionistas.

A política da Sociedade estabelece que devem ser adotados mecanismos de proteção contra riscos financeiros decorrentes da contratação de obrigações, seja em moeda estrangeira ou nacional, com o objetivo de administrar a exposição de riscos associados às variações cambiais ou a quaisquer índices sujeitos a maiores volatilidades.

Neste sentido, a contratação de instrumentos financeiros derivativos pode ocorrer após análise do risco pela Administração da Sociedade, simultaneamente ao contrato que deu origem a tal exposição.

Os critérios de seleção das instituições financeiras obedecem a parâmetros que levam em consideração o *rating* disponibilizado apenas por renomadas agências de análise de risco, o patrimônio líquido e os níveis de concentração de operações e recursos. Os principais fatores de risco de mercado que poderiam afetar o negócio da Sociedade são:

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

21. Instrumentos financeiros--Continuação

d) Gestão de risco--Continuação

i) Risco de crédito

Os instrumentos financeiros que sujeitam a Sociedade a riscos de crédito referem-se às disponibilidades e as contas a receber. Todas as operações da Sociedade são realizadas com bancos de reconhecida liquidez, o que minimiza seus riscos.

O risco de incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento dos valores faturados a seus clientes é minimizado uma vez que os recebimentos ocorrem no mês subsequente ao fato gerador.

ii) Risco de liquidez

Representa o risco de escassez e dificuldade da Sociedade honrar suas dívidas. A Sociedade procura alinhar o vencimento de suas obrigações com o período de geração de caixa para evitar o descasamento e gerar a necessidade de maior alavancagem.

iii) Risco de concentração de carteira de clientes

A controlada da Sociedade possui contratos de venda de energia (PPA) com um número reduzido de clientes, caracterizando assim uma forma de concentração em sua carteira.

Em virtude desta concentração, pode surgir a possibilidade de perda em que se incorre quando da incapacidade de pagamento das faturas de venda de energia elétrica por parte de seus poucos clientes. Para reduzir esse tipo de risco, a controlada da Sociedade efetua avaliações financeiras, requisita garantias financeiras e executa o gerenciamento das contas a receber, detectando desta forma com maior antecedência a possibilidade de inadimplência.

iv) Risco de taxa de juros

Refere-se ao risco da Sociedade incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros, que aumentem as despesas financeiras relativas aos passivos captados no mercado e partes relacionadas.

A Sociedade entende que não é necessário celebrar contratos de derivativos para cobrir este risco, entretanto, vem monitorando continuamente as taxas de juros de mercado, a fim de observar eventual necessidade de contratação.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

21. Instrumentos financeiros--Continuação

d) Gestão de risco--Continuação

v) Risco de vencimento antecipado de empréstimos e financiamentos

Risco proveniente do descumprimento de cláusulas contratuais restritivas, presentes nos contratos de empréstimos e financiamentos da Sociedade, as quais, em geral, requerem a manutenção de índices econômico-financeiros em determinados níveis (*covenants* financeiros). Essas cláusulas restritivas são monitoradas mensalmente pela Administração por meio de planilha de medição de índices financeiros, com base nos contratos firmados os quais estão sendo atendida plenamente, não limitando desta forma a capacidade de condução do curso normal das operações.

vi) Risco hidrológico

De acordo com a regulamentação brasileira, a receita proveniente da venda de energia elétrica pelas geradoras pode ou não depender diretamente da energia efetivamente gerada. Para usinas que fazem parte do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE), dependem da garantia física de cada usina hidrelétrica, cuja quantidade é fixa e determinada pelo Poder Concedente, constando na respectiva autorização. Para usinas fora do MRE, a receita depende de sua geração efetiva.

Na ocorrência de períodos de estiagem, a produção da usina será inferior à sua garantia física. Além disso, quando a geração hidrelétrica é reduzida, os preços no mercado *spot* ficam mais elevados. Em tais situações, os contratos bilaterais não seriam suficientes para reduzir os riscos a níveis adequados.

Para a mitigação do risco hidrológico, foi instituído pela regulação do setor o Mecanismo de Realocação de Energia (MRE).

Trata-se de um mecanismo de *hedge* compulsório entre os aproveitamentos hidrelétricos que compõem o sistema, segundo o qual cada um recebe um crédito de energia proporcional à produção hidrelétrica total. O montante recebido é proporcional à razão entre o certificado de garantia física da usina e a soma de todos os certificados dos demais empreendimentos participantes do MRE.

Entretanto, é importante ressaltar que, caso o conjunto de usinas do MRE gere abaixo de sua garantia física, a alocação de energia de todos os participantes do Mecanismo será reduzida por um fator denominado *Generation Scaling Factor* (GSF), fazendo com que a controlada da Sociedade tenha que adquirir a diferença de sua energia alocada e seus contratos no mercado de curto prazo. Para reduzir este risco, a controlada da Sociedade controla o nível de contratação, minimizando a exposição ao mercado de curto prazo.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto guando indicado de outra forma)

21. Instrumentos financeiros--Continuação

- d) Gestão de risco--Continuação
 - vii) Risco de não renovação da autorização

A controlada da Sociedade detém outorgas de autorização para exploração dos serviços de geração de energia elétrica, com prazos de vigência previamente estabelecidos, que possuem direito a renovação. Os critérios para renovação de concessões e autorizações de empreendimentos hidrelétricos com capacidade instalada entre 5 MW e 50 MW foram regulamentados pela Lei Federal nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013 (alterada pela Lei Federal nº 13.360, de 17 de novembro de 2016), pelo Decreto 9.158/2017, de 21 de setembro de 2017 e pela Resolução Normativa ANEEL nº 859, publicada em 23 de outubro de 2019.

A Lei Federal n° 13.360 alterou o art. 26°da Lei n° 9.427, de 26 de dezembro de 1996, mudando o limite inferior das usinas consideradas como PCH de 3 MW para 5 MW. Assim, empreendimentos que detinham autorização para exploração de potência instalada entre 3 MW e 5 MW foram transformadas em registro (CGH), tendo direito a renovação automática.

A referida Lei dispõe que outorgas de concessão e autorização para aproveitamento de potencial hidráulico com capacidade instalada superior a 5 MW e inferior ou igual a 50 MW, que não tenham sido prorrogadas anteriormente e que estavam em vigor na data de sua publicação poderão ser prorrogadas pelo período de 30 anos, mediante requerimento do empreendedor. Como contrapartida, o empreendedor deverá pagar à União ressarcimento financeiro pelo Uso do Bem Público (UBP), além do recolhimento de 50% da Compensação Financeira para Utilização de Recursos Hídricos (CFURH), conforme disposto na Lei nº 13.360/2016.

O valor da UBP será publicado com antecedência mínima de dois anos antes da renovação da outorga tendo como referência a metodologia de cálculo estabelecida na Resolução Normativa n° 859, publicada em 23 de outubro de 2019.

Caso a renovação das outorgas de autorização não seja deferida pelos órgãos reguladores, ou ocorra mediante a imposição de custos adicionais para a controlada da Sociedade, os atuais níveis de rentabilidade e atividade podem ser alterados.

e) Derivativos

Durante os exercícios de 2019 e de 2018, a Sociedade e sua controlada não negociaram com instrumentos financeiros derivativos.

22. Autorização para conclusão das demonstrações financeiras

A Diretoria da Sociedade autorizou a conclusão das presentes informações financeiras em 02 de abril de 2020.